



## “NÃO PARAR, NÃO PRECIPITAR, NÃO RETROCEDER”: A FABRICAÇÃO DE UM GOLPE DE ESTADO ATRAVÉS DE GRUPOS DE WHATSAPP BOLSONARISTAS E CONSERVADORES

## “DO NOT STOP, DO NOT PRECIPITATE, DO NOT RETREAT”: THE FABRICATION OF A COUP D'ÉTAT THROUGH BOLSONARIST AND CONSERVATIVE WHATSAPP GROUPS

**Pablo Ornelas Rosa**, doutor em ciências sociais (PUC/SP)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9075-3895>

**Ramiro de Ornelas Rosa**, doutorando em ciências sociais (UFES) e mestre em sociologia política (UVV).  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4754-6756>

**Maria Cristina Dadalto**, doutora em ciências sociais (UERJ) e professora permanente no programa de pós-graduação em ciências sociais (UFES).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7925-3929>

**Marcia Barros Ferreira Rodrigues** é doutora em História Social (USP) e professora permanente no programa de pós-graduação em ciências sociais (UFES).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6022-3041>

**Irisleid de Laia Souza Saraloli** é mestre em Sociologia Política (UVV).  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-6464-2006>

### RESUMO

O artigo propõe uma análise sobre as publicações que circularam entre outubro de 2022 e janeiro de 2023 em grupos de WhatsApp criados por sujeitos que se reconhecem como conservadores e que se associam tanto ao escritor Olavo de Carvalho quanto ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Trata-se de uma pesquisa etnográfica realizada no contexto da internet de plataforma a partir da técnica do *lurker*, envolvendo o campo tecnopolítico associado ao conservadorismo brasileiro. Na investigação realizada, foi encontrada certa recorrência da frase “*não parar, não precipitar, não retroceder*”, proferida por Olavo de Carvalho em diversos momentos, que ganhou ressonância através de conteúdos compartilhados nesta plataforma

digital com o objetivo de convocar um golpe militar. Ao identificar a existência de um diagrama do conservadorismo tecnopolítico brasileiro através da compreensão de que as mensagens proferidas por empresários dos mais diversos segmentos, influenciadores digitais, políticos, líderes religiosos, oficiais da mais alta patente das forças armadas, dentre outros grupos distintos, foi possível compreender a operacionalidade de uma rede que passou a se articular na defesa de um golpe militar que visaria conter o suposto comunismo em curso.

**Palavras-chave:** plataformas digitais; extrema direita; conservadorismo; golpe militar; anticomunismo.

#### **ABSTRACT**

The article proposes an analysis of the publications that circulated between October 2022 and January 2023 in WhatsApp groups created by individuals who recognize themselves as conservatives and who associate both the writer Olavo de Carvalho and former president Jair Bolsonaro. This is an ethnographic research conducted in the context of the internet platform from the lurker technique, involving the technopolitical field associated with Brazilian conservatism. In the investigation, it was found a certain recurrence of the phrase "do not stop, do not precipitate, do not retreat", pronounced by Olavo de Carvalho in several moments, that gained resonance through content shared on this digital platform with the aim of calling a military coup. By identifying the existence of a diagram of Brazilian technopolitical conservatism through the understanding that the messages given by entrepreneurs from various segments, digital influencers, politicians, religious leaders, officers of the highest rank of the armed forces, among other distinct groups, it was possible to understand the operability of a network that began to articulate itself in defense of a military coup aimed at containing the supposed communism in progress.

**Keywords:** digital platforms; far right; conservatism; military coup; anticommunism.

## **1. Introdução**

As diversas mudanças ocorridas na passagem para o século XXI culminaram com o encontro da política com as tecnologias de comunicação e informação que passaram a ser tratadas enquanto tecnopolíticas (LAMA; SÁNCHEZ-LAULHÉ, 2020). Diante disso, foi possível compreender que para além da participação orgânica de sujeitos e grupos na política através da atuação em distintas redes sociais que foram se intensificando a partir do nascimento da Web 2.0, também encontramos tanto em Shoshana Zuboff (2020) quanto em Nick Srnicek (2018) elementos que explicam como que os algoritmos e a inteligência artificial permitiram a modulação

comportamental daqueles sujeitos que possuem perfis em diferentes plataformas digitais (DA EMPOLI, 2019).

Ao reconhecermos que os sujeitos, grupos e empresas passaram a produzir e serem produzidos também sob os auspícios dessas novas tecnologias de comunicação e informação, incidindo não apenas na esfera comercial, mas também na seara política, propomos uma análise acerca daqueles movimentos contrarrevolucionários e contrainsurgentes que passaram a se associarem ao conservadorismo através da articulação daquilo que foi chamado de sistema de crenças Olavo de Carvalho a partir da atuação do presidente Jair Bolsonaro, culminando com o chamado bolsolavismo (ROCHA, 2021).

Portanto, para além da atuação orgânica destes ativistas nas redes sociais, também é possível encontrar um modelo de apropriação dos algoritmos pela extrema direita ocidental tributária do livre mercado concorrencial e do tradicionalismo cristão - potencializado internacionalmente pela chamada *alt-right* - que se articulou como um diagrama tecnopolítico (ROSA, 2022), espalhando mensagens de desinformação, medo e ódio. Assim, memes, vídeos, imagens, depoimentos e toda a sorte de conteúdos falaciosos, são alaistrados de forma sistemática e reconhecida como tal por diversos estudiosos destas áreas, principalmente a partir da campanha de Donald Trump em 2015, que resultou em sua vitória nas eleições estadunidenses de 2016.

Não obstante, é importante destacar que antes, autoras como Michiko Kakutani (2018) localizaram a ascensão da extrema direita pelas plataformas digitais no leste europeu a partir da atuação de Vladimir Putin nas eleições russas de 2008. Isso nos ajuda a compreender que, embora estejamos tratando de um conservadorismo ocidental associado ao neoliberalismo, conforme encontramos em Olavo de Carvalho (2014), há ainda um conservadorismo associado a Alexander Dugin (2012) e Vladimir Putin, que se reconhece como anticapitalista, anti-imperialista e antiamericano.

Não obstante, a pesquisa apresentada propõe uma análise acerca do conservadorismo associado à racionalidade neoliberal que se desdobra no Brasil do século XXI, compreendendo que sujeitos, grupos e empresas que se reconhecem como conservadoras foram e estão sendo forjadas a partir da articulação de diferentes dimensões de subjetivação instrumentalizadas por meio das plataformas digitais,

constituindo-se em um *diagrama do conservadorismo tecnopolítico à brasileira* (ROSA, 2022).

Este, encontra-se articulado por meio de uma: *i) imprensa alternativa* – a exemplo da Jovem Pan, Gazeta do Povo, Revista Oeste, Brasil Sem Medo etc. - que confere a sua audiência certo sentimento de pertencimento a uma comunidade supostamente imune ao contágio ideológico progressista e revolucionário promovido por intelectuais, jornalistas, artistas, professores etc, (ESPÓSITO, 2017); *ii) editoras* – como a Record, Vide Editorial, É Realizações, LVM, dentre muitas outras – além das; *iii) redes de editoras* - a exemplo da Faro Editorial e do grupo CEDET - que contou com a curadoria de Olavo de Carvalho na seleção, tradução e publicação de livros com o propósito de legitimar os seus discursos.

Há ainda a presença de *iv) editoras parceiras*, que operam em diferentes cidades do país; *v) livrarias virtuais* organizadas pelo CEDET em parceria comercial com; *vi) influenciadores digitais*, como Rodrigo Constantino, Ernesto Lacombe, Ana Caroline Campagnolo, Ítalo Marsili, Guilherme Freire, Antonia Fontenelle, Livraria E.D.A. dentre muitos outros que contam com centenas de milhares ou mesmo milhões de; *vii) seguidores* responsáveis pela difusão desse tipo de conteúdo. Existe ainda os; *viii) congressos nacionais e internacionais* como CPAC; *ix) grupos religiosos de tradição cristã*; *x) militares*; *xi) empresários* dentre outros segmentos da sociedade brasileira que visam conduzir condutas e verdades a partir de um viés conservador.

Desse modo, é possível compor um *diagrama do conservadorismo tecnopolítico à brasileira* (ROSA, 2022) que foi unificado em torno de certa subjetivação anticomunista resgatada por Olavo de Carvalho a partir do *Moderno movimento conservador dos Estados Unidos* (SOUZA, 2021), cuja articulação passou a ser operacionalizada por meio de diferentes plataformas digitais que promoveram a disseminação deste tipo de conteúdo produzido por meio de empresas que investem massivamente em publicidade, como ocorre com a Brasil Paralelo, que também foi a corporação que mais gastou com propaganda no país nos últimos anos, tanto no Google (Youtube)<sup>1</sup> quanto na Meta (Facebook)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/06/produtora-brasil-paralelo-e-quem-mais-paga-anuncios-politicos-do-google.shtml> Acesso em 04/06/2023.

<sup>2</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/no-facebook-brasil-paralelo-e-recordista-de-gastos-com-propaganda-politica/> Acesso em 04/06/2023.

O diagrama não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, coextensiva a todo o campo social. É uma máquina abstrata. Definindo-se por meio de funções e matérias informes, ele ignora toda a distinção de forma entre um conteúdo e uma expressão, entre uma formação discursiva e uma formação não discursiva. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar. Se há muitas funções e mesmo matérias diagramáticas, é porque todo o diagrama é uma multiplicidade espaço-temporal. Mas, também, porque há tantos diagramas quanto campos sociais na História. (DELEUZE, 2019, p. 41)

Sendo assim, foi a partir de uma pesquisa etnográfica produzida através da técnica do *lurker*<sup>3</sup> com grupos de Whatsapp criados especificamente com o propósito de questionar o resultado das eleições presidenciais brasileiras de 2022 e de sua consequente proposição de um golpe militar decorrente de certa interpretação acerca do artigo 142 da Constituição Federal de 1988, que propusemos uma análise sobre os conteúdos que circularam nestes espaços plataformizados, buscando compreender quais foram os argumentos, motivações e eventuais vínculos entre esses agentes, tendo em vista que desde antes do dia 30 de outubro de 2022, a intenção de um golpe já se fazia latente nestes espaços de interação.

Dentre os achados da pesquisa, identificamos memes e vídeos em que a frase proferida por Olavo de Carvalho<sup>4</sup>, “*Não parar, não precipitar, não retroceder*”, passou a ser utilizada recorrentemente como estratégia de convocação, mobilização e articulação daqueles que se reconhecem como conservadores por meio do uso do Whatsapp, assim como por outras demais plataformas digitais que permitem o compartilhamento deste tipo de conteúdo político (ROSA; AMARAL; NEMER, 2023).

#### **Imagem 1 - A frase de Olavo de Carvalho utilizada na preparação do golpe**

Diante disso, o artigo apresentado encontra-se dividido em três momentos: no primeiro, será discorrido um debate sobre tecnopolíticas, destacando a afinidade

---

<sup>3</sup> O *lurker* ou *lurking* é um tipo especial de participação que se dá por meio do reconhecimento de que, em termos de presença/ ausência, a informação acerca da presença do/a observador/a no *setting* não está disponível às/aos demais participantes, embora a presença de *lurkers* possa ser inferida. Não obstante, essa técnica permite ao pesquisador observador (*lurker*) optar por se identificar e informar aos participantes sobre a realização de sua pesquisa sem, no entanto, se manifestar dentro do grupo investigado. Ou ainda, permite que o pesquisador, na condição de *lurker*, fique à espreita, acompanhando o que está sendo discutido no grupo investigado. Todavia, essas escolhas vão depender, obviamente, das questões, objetivos e dinâmicas de funcionamento de cada pesquisa. O ponto novamente em jogo é em que medida tal prática se diferencia de práticas etnográficas off-line (POLIVANOV, 2013, p. 64). Nesse sentido, é importante mencionar que adotamos procedimentos etnográficos amparados na técnica do *lurker*, em que acompanhamos os grupos de WhatsApp bolsonaristas e conservadores sem necessariamente nos identificarmos como pesquisadores, pois essa apresentação poderia resultar em nossa expulsão imediata dos grupos investigados.

<sup>4</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=Diuo-Ug1Lus> Acesso em 06/06/2023.

eletiva encontrada nas plataformas publicitárias em sua relação com os discursos de ódio que ganham certa ressonância por meio do modelo de negócios implementado por essas *Big Techs*. Em seguida, serão evidenciadas algumas das particularidades presentes no conservadorismo brasileiro hodierno e sua relação direta com Olavo de Carvalho, que passou a ser utilizado como referência (também bibliográfica), assim como os demais autores e textos por ele citados e recomendados em seus vídeos, aulas, cursos e livros.

Em um segundo momento, serão destacados os itinerários de um golpe iminente, apontando importantes acontecimentos que ocorreram após o resultado do segundo turno das eleições presidenciais brasileiras de 2022, a partir da análise dos dados que foram produzidos através das interações ocorridas nesses grupos de WhatsApp associados ao ex-presidente Jair Bolsonaro e ao escritor Olavo de Carvalho. Nesse sentido, é possível identificar como a justificativa para o golpe militar certa interpretação acerca do artigo 142 da Constituição Federal, defendida publicamente por figuras como o jurista conservador Yves Gandra Martins<sup>5</sup>, o Ministro de Defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro, Paulo Sérgio Nogueira<sup>6</sup>, Deputado Federal Filipe Barros (PL/PR)<sup>7</sup>, dentre outros e outras.

Por fim, mostraremos como esse *diagrama do conservadorismo tecnopolítico à brasileira* (ROSA, 2022) opera na modulação da opinião pública, visando legitimar a estratégia da guerra civil (LAVAL; DARDOT; GUEGUÉN; SAUVÉTRE, 2021) a partir da adesão da perspectiva contrarrevolucionária e contrainsurgente (HARCOURT, 2021) mobilizada contra os seus adversários políticos, tratados como comunistas e, conseqüentemente, inimigos. Isso fica evidente quando o canal de rádio e televisão Jovem Pan - principal veículo desse diagrama, tendo em vista que em todas as quintas-feiras durante os seus três primeiros anos de governo o ex-presidente Bolsonaro fazia pronunciamentos ao vivo, abrindo espaço para perguntas proferidas pelos comentaristas do Programa Pingo nos Ís<sup>8</sup> - permitiu com que dois de seus principais comentaristas políticos – Rodrigo Constantino e Paulo Figueiredo, neto do

---

<sup>5</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=sq3XiMy7j4E> Acesso em 05/06/2023.

<sup>6</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=AerawsOg1ks> Acesso em 05/06/2023.

<sup>7</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=KGFJGy3PAbA> Acesso em 05/06/2023.

<sup>8</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=K\\_WtaLUJ5Hc](https://www.youtube.com/watch?v=K_WtaLUJ5Hc) Acesso em 05/06/2023.

ditador João Batista Figueiredo – defendessem publicamente a estratégia da guerra civil<sup>9</sup>.

## 2. Tecnopolíticas e ascensão da extrema direita

Para compreender a política no século XXI é necessário considerar os efeitos promovidos pelas tecnologias de comunicação e informação transmutadas enquanto plataformas digitais que, ao operacionalizar algoritmos por meio do uso da inteligência artificial, possibilitaram a modulação das condutas de seus usuários tanto para fins comerciais e culturais quanto para propósitos políticos. Nesse sentido, parece oportuno utilizar o termo tecnopolítica, visando situar os debates hodiernos que envolvem o uso cada vez mais frequente e intenso das plataformas digitais para fins políticos, tendo em vista os seus efeitos na mediação do acesso à informação e à comunicação.

Tecnopolítica en singular o tecnopolíticas en plural son términos usados desde hace unos años en entornos en los que se encuentran movimientos sociales, prácticas digitales e investigación. Entre los posibles significados de estos términos – en particular, desde el período primaveras-occupy y promovido por varios grupos de investigación en España – se viene privilegiando el que se refiere a la utilización de plataformas y redes sociales-digitales por parte de los movimientos sociales, – el activismo político en redes sociales-digitales –, al que luego se habrían incorporado los partidos políticos y otras organizaciones (LAMA SÁNCHEZ-LAULHÉ, 2020, p. 15)

Embora o termo tecnopolítica tenha nascido há alguns anos a partir do encontro dos movimentos sociais com as práticas digitais e pesquisas, conforme mostraram Lama e Sánchez-Laulhé (2020), com a emergência das plataformas digitais é possível constatar sua incidência com muito mais veemência nas atuações e estratégias perpetradas hodiernamente pela extrema direita nacional e internacional. Isso porque parece ter ocorrido certa convergência, ou ainda, certa afinidade eletiva que pode ter sido forjada a partir do encontro do modelo de negócios das plataformas digitais com a violência política promovida por setores da extrema direita internacional que se associam ao conservadorismo.

Autores como Han (2022) e Da Empoli (2019), cada um a sua maneira, averiguaram as transformações ocorridas na passagem da hegemonia dos meios de comunicação como a televisão, rádio e jornal, para a internet e, em especial, a internet

---

<sup>9</sup> <https://www.conjur.com.br/2023-jan-09/mpf-abre-inquerito-jovem-pan-incitar-ataques-brasilia> Acesso em 05/06/2023.

de plataforma, que no campo da política passou a operar a partir de uma tendência centrífuga, no lugar da tendência centrípeta. Segundo Han (2022: 84), “À verdade é inerente uma força centrípeta que mantém uma sociedade junta e coesa. A força centrífuga inerente às informações destrói a coesão social”. Não obstante, Da Empoli (2019: 105) reconhece que “Se o movimento convergente da velha política marginalizava os extremistas, a lógica centrífuga da política dos físicos os valoriza. Ela não os põe no centro, porque o centro deixou de existir. Mas ela lhes oferece um espaço e respostas”.

Nesse sentido, a partir de ambos os autores é possível compreender que no lugar do consenso e da diplomacia que caracterizavam os meios de comunicação corporativos até o século XX, teríamos no século XXI a radicalização, a polarização e a violência política produzindo engajamento e desinformação modulada pelas plataformas digitais, que se encontram em constante busca pela atenção de seus usuários. Sendo assim, a beligerância e sua conseqüente polarização permite com que os seus usuários fiquem cada vez mais presos às plataformas digitais, tendo suas informações sugadas massivamente por essas *Big Techs*, que comercializarão esses dados para empresas que farão o seu uso para fins preditivos, possibilitando, portanto, a modulação comportamental.

Nesse caso, é possível compreender que o modelo de negócios das plataformas digitais - e, em especial das plataformas publicitárias como o Google e o Facebook (SRNICEK, 2018) - orientado por certa economia da atenção que busca se apropriar dos dados de seus usuários para utilizá-los para finalidades preditivas também do ponto de vista político, coadunou-se, ou melhor, articulou-se com a agenda da extrema direita, tendo em vista que os discursos de ódio e toda a sorte de violência política não apenas passou a produzir um sentimento de pertencimento a uma comunidade (ROSA, 2022), como ainda garantiu sua ressonância na opinião pública com um alcance jamais visto.

No entanto, para captar as nuances que operam no processo de modulação comportamental decorrente do uso das plataformas digitais é imprescindível compreender tanto os apontamentos sobre o *capitalismo de vigilância* apresentados por Shoshana Zuboff (2020) quanto as modalidades de empresas que atuam nesse segmento tecnológico e comercial também identificado por Nick Srnicek (2018), porém



como *capitalismo de plataforma*. Sendo assim, logo no início de seu livro intitulado *A era do capitalismo de vigilância*, Zuboff (2020, p. 08) apresenta oito definições que acompanharão toda a sua análise:

1. Uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas;
2. Uma lógica econômica parasítica na qual a produção de bens e serviços é subordinada a uma nova arquitetura global de modificação de comportamento;
3. Uma funesta mutação do capitalismo marcada por concentrações de riqueza, conhecimento e poder sem precedentes na história da humanidade;
4. A estrutura que serve de base para a economia de vigilância;
5. Uma ameaça tão significativa para a natureza humana no século XXI quanto foi o capitalismo industrial para o mundo natural nos séculos XIX e XX;
6. A origem de um novo poder instrumentário que reivindica domínio sobre a sociedade e apresenta desafios surpreendentes para a democracia de mercado;
7. Um movimento que visa impor uma nova ordem coletiva baseada em certeza total;
8. Uma expropriação de direitos humanos críticos que pode ser mais bem compreendida como um golpe vindo de cima: uma destituição da soberania dos indivíduos.

Zuboff (2020) não somente mostra as bases e avanços do que chamou de capitalismo de vigilância, como também apresenta a forma como ocorreu a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro, que se intensificou no século XXI, resultando em uma nova modalidade de capitalismo que não opera mais apenas por meio do *modo de produção*, mas através do que a autora tratou como *modo extração de dados*, decorrente do aumento significativo da velocidade das transações comerciais potencializadas pelas redes sociais, sobretudo, a partir da criação da Web 2.0.

A autora ainda evidencia como se dá a relação entre o que chamou de *mercados de comportamentos futuros* e *superávit comportamental*, notadamente a partir dessa segunda onda da internet. Segundo a autora, o capitalismo de vigilância, a partir de plataformas como o Google e Facebook, passou a reivindicar unilateralmente a experiência humana como uma espécie de matéria-prima gratuita destinada a tradução dos dados capturados por essas empresas e sistematizados por elas para direcionar possíveis comportamentos futuros.

Apesar de algumas dessas informações extraídas dos usuários destas plataformas serem aplicadas no aprimoramento de produtos e serviços, o restante delas é declarada como o *superávit comportamental* daqueles que possuem essas informações em mãos, e que passam a alimentar avançados processos de fabricação conhecidos como “inteligência de máquina” [*machine learning*], manufaturando-o em

*produtos de predição* que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, num futuro próximo ou ainda distante.

Por fim, essas informações pessoais convertidas em produtos que resultaram da apropriação daquilo que Zuboff (2020) chamou de *superávit comportamental* acabam sendo comercializados por essas empresas-plataformas em um novo tipo de mercado voltado para predições, nomeados pela autora de *mercados de comportamentos futuros*. Segundo Zuboff (2020, p. 19), “os capitalistas de vigilância têm acumulado uma riqueza enorme a partir dessas operações comerciais, uma vez que muitas companhias estão ávidas para apostar no nosso comportamento futuro”.

Para a autora, os capitalistas de vigilância passaram a compreender que os dados comportamentais mais preditivos nascem da intervenção neste jogo interacional virtual de modo a não apenas incentivar, mas persuadir e até mesmo arrebanhar comportamentos em busca de lucro. Assim, Zuboff (2020, p. 19) conclui que as “pressões de natureza competitiva provocaram a mudança, na qual os processos de máquina automatizados não só conhecem nosso comportamento, como também, o moldam em escala”.

A autora ainda sugere que essa reorientação técnica e política que transforma conhecimento em poder, não seria mais suficiente para automatizar o fluxo de informação que incide sob a população, tendo em vista que a meta agora seria automatizá-la. Diante disso, Zuboff (2020) argumenta que nesta fase em que se encontra o capitalismo de vigilância, os meios de produção acabaram sendo subordinados ao que chamou de *meios de modificação comportamental* que estão se tornando cada vez mais complexos e abrangentes.

Ao localizar a emergência de um novo tipo de poder que nasce com esse capitalismo de vigilância, chamado por ela de instrumentarismo, instrumentarianismo ou poder instrumentário, Zuboff (2020) constatou não apenas que ele busca conhecer o comportamento humano, como verificou que essa tecnologia passou a moldá-lo em prol de interesses de terceiros – tanto para fins comerciais quanto políticos. Assim, argumenta que “em vez de armamentos e exércitos, ele faz valer sua vontade através do meio automatizado de uma arquitetura computacional cada vez mais ubíqua composta de dispositivos, coisas e espaços “inteligentes” conectados em rede” (ZUBOFF, 2020, p. 19).

Contudo, ao analisar esse fenômeno também investigado por Zuboff (2020), mas chamado por ele de *capitalismo de plataforma*, Srnicek (2017) identificou cinco tipos distintos de plataformas digitais: 1) as *plataformas publicitárias*, a exemplo do Google e Facebook, que extraem informações dos seus usuários, levando a cabo um trabalho de análise que usa esses dados como produtos a serem comercializados no espaço publicitário; 2) as *plataformas de nuvem*, tais como Amazon e Web Services, que são proprietárias de hardware e software de negócios que dependem do digital e que rendem lucros de acordo com as necessidades de suas empresas a partir de uma enorme rede logística; 3) as *plataformas industriais*, a exemplo General Eletric e Siemens, que produzem hardware e software necessários para transformar a manufatura tradicional em processos conectados com a internet, baixando o custo da produção e transformando bens em serviços; 4) as *plataformas de produtos*, a exemplo da Rolls Royce e Spotify, que geram ganhos mediante o uso de outras plataformas para transformar um bem tradicional em um serviço e cobrar um aluguel ou uma taxa de inscrição; 5) as *plataformas ásteras*, a exemplo do Uber e do Airbnb, que atuam por meio de subcontratações que violam garantias empregatícias consolidadas em Lei, cobrando um alto custo pelo seu uso, na medida em que essas plataformas digitais se isentam de quaisquer problemas, justificando sua condição e não se portando como uma empresa empregadora, mas como uma prestadora de serviços. Não obstante, o autor adverte que essas divisões analíticas podem conviver dentro de uma mesma empresa.

Desse modo, parece que quando apresenta o chamado capitalismo de vigilância, Zuboff (2020) está tratando de um dos tipos de plataformas digitais, a saber, as plataformas publicitárias, como se esse modelo fosse semelhante aos outros ou como se ele se sobrepusesse aos demais, assim como parece que ela compreende que haveria uma espécie de padrão, sobretudo, no que se refere as finalidades destas plataformas, que como muito bem evidenciou Srnicek (2017), são distintas.

Nesse sentido, embora essas empresas sejam constituídas como plataformas digitais, atuando, portanto, por meio da internet, parece ser um tanto quanto evidente que os fins utilizados pelos usuários do Uber são bastante distintos daqueles destinados ao Facebook, que são distintos do Spotify, que por sua vez também são distintos em relação à Amazon, etc.; apesar do uso algorítmico se fazer presente como

técnica comercial em todas essas empresas mencionadas, que utilizam os dados apreendidos com intuito de aferirem algum tipo de ganho econômico. Todavia, a análise apresentada se amparará na mobilização das plataformas publicitárias para finalidades políticas.

### 3. Conservadores em defesa da guerra civil

Ao analisar a ascensão de populismos que tomaram “a forma de uma dança frenética que atropela e vira ao avesso todas as regras estabelecidas”, Da Empoli (2019: 17) identificou que os defeitos e vícios desses líderes populistas acabou se transformando, na perspectiva de seus eleitores, em qualidades. Nesse contexto, segundo ele, não apenas a incompetência é tratada como autenticidade, como ainda “as tensões que eles produzem em nível internacional ilustram sua independência, e as fake News que balizam sua propaganda são a marca de sua liberdade de espírito” (DA EMPOLI, 2019, p. 18). Pois, “No mundo de Donald Trump, Boris Johnson e de Jair Bolsonaro, cada novo dia nasce com uma gafe, uma polêmica, a eclosão de um escândalo” (DA EMPOLI, 2019, p. 18).

Contudo, para o autor, “por trás das aparências extremadas do Carnaval populista, esconde-se o trabalho feroz de dezenas de spin doctors, ideólogos e, cada vez mais cientistas especializados em Big Data” (DA EMPOLI, 2019, p. 18). Desse modo, as informações extraídas dos grupos de WhatsApp bolsonaristas investigados foram analisadas tomando como referência a sua relação com o mercado editorial que nasce com o conservadorismo tecnopolítico à brasileira (ROSA, 2022) visando legitimar estes discursos, na iminência de constituir um novo regime de verdade (FOUCAULT, 2008).

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” da verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2008, p. 12)

Sendo assim, o trabalho dos *spin doctors*, mencionado por Da Empoli (2019) na fabricação de um novo regime de verdade (FOUCAULT, 2008), fica evidente no caso do doutor em engenharia elétrica pela UNICAMP, César Kyn d’Ávila<sup>10</sup>, que além

---

<sup>10</sup> <http://lattes.cnpq.br/3869139850776363> Acesso em 08/07/2023.

de ter defendido uma tese de doutorado sobre tráfego em sistemas CDMA, atua como proprietário da rede de editoras CEDET, principal veículo que opera na legitimação dos discursos conservadores associados a Olavo de Carvalho, tendo em vista que é a empresa que publica seus livros, assim como quaisquer escritos por ele recomendado<sup>11</sup>.

### **Imagem 2 – Rede de editoras vinculadas ao Olavo de Carvalho**

Quando entrevistamos Heloísa de Carvalho, a filha de Olavo de Carvalho, uma das perguntas que a fizemos foi: “Você conhece César Kyn d’Ávila?”. E tivemos como resposta: “Claro, ele é o hacker do olavismo”. Nesse sentido, partimos do princípio de que para compreender de que forma se organizam sujeitos, grupos e empresas que se reconhecem como conservadores no Brasil hodierno, é imprescindível conhecermos o mercado editorial que passou a ser mobilizado para justificar as visões de mundo da extrema direita nacional e internacional. Aliás, são esses livros que concederão uma suposta legitimidade aos discursos proferidos pelos comunicadores que atuam nestas empresas de comunicação que compõem esse *diagrama do conservadorismo tecnopolítico à brasileira* (ROSA, 2022).

### **Imagem 3 – Livrarias de influenciadores vinculados ao Olavo de Carvalho**

Isso porque será por meio dos perfis destes sujeitos, grupos e empresas criados como canais de Youtube, contas no Google, grupos de WhatsApp e Telegram, perfis no Facebook, Instagram e Twitter, dentre muitas outras plataformas digitais, que esses livros não apenas serão divulgados, como também serão comercializados em seus canais, permitindo concomitantemente certo faturamento ao mesmo tempo em que difundem suas pautas conservadores, buscando legitimar os seus discursos (SOUZA; ROSA; GAMA; FRAGA, 2023).

Como exemplo disso, podemos citar a defesa da intervenção militar durante o governo Bolsonaro a partir de uma interpretação sobre o artigo 142 da Constituição

---

<sup>11</sup> <https://www.intercept.com.br/2021/08/28/cedet-vendas-sites-olavo-de-carvalho-extrema-direita/> Acesso em 08/07/2023.

Federal. Esta, passou a ser difundida incessantemente de diferentes formas, por diferentes sujeitos, grupos e empresas, além de ser compartilhada por diferentes plataformas digitais. Nesse caso, estamos tratando de uma das principais editoras que compõem o *diagrama do conservadorismo tecnopolítico à brasileira* (ROSA, 2022) que atua na produção e difusão de livros conservadores associados ao campo do direito penal e da criminologia a partir de uma perspectiva amparada em Olavo de Carvalho (SOUZA; ROSA; GAMA; FRAGA, 2023), chamada E.D.A. (Educação, Direito e Alta Cultura).

#### **Imagem 4 – Convocações para a Intervenção Militar através do art. 142**

Dentre os diferentes títulos publicados por juristas que se reconhecem como conservadores tendo Olavo de Carvalho como a principal referência, a editora mencionada também publicou o livro intitulado *O Art. 142 da Constituição de 1988 – Ensaio sobre a sua interpretação e aplicação* (SAAD, 2021). Ao dialogar com Yves Gandra da Silva Martins, defensor de uma interpretação bastante questionável que justifica a concessão de direitos ao presidente da república, permitindo-o perpetrar um golpe de estado a partir do artigo 142 da Constituição Federal, Saad (2021, p. 69-70), autor do escrito mencionado, afirma que

Caso o Presidente da República desejasse agir com base no art.142 para enfrentar tal problema (que ofende a um só tempo o funcionamento dos poderes e a lei e a ordem, colocando em risco mesmo a integridade nacional), ele poderia, por exemplo, expedir decreto autônomo determinando à Polícia Federal que se abstenha de cumprir ordens de prisão, ou de busca e apreensão, ou mesmo outros atos de instrução de inquéritos manifestadamente inconstitucionais. Como é sabido, o poder judiciário não possui meios para fazer cumprir suas decisões; ele precisa da estrutura administrativa do poder executivo. A suspensão do cumprimento de decisões inconstitucionais do STF com base no art. 142 seria, nessa linha, plenamente cabível à luz das competências que o dispositivo outorga ao Presidente da República. Ocorre que, mesmo nessas situações, o problema, ao invés de se resolver, tenderá a se agravar. Em artigo publicado recentemente na imprensa, o STF, falando pelo ministro Ricardo Lewandowski, deixou claro que, caso o presidente se utilize das competências do art. 142, contra ele se voltará a artilharia do STF e do Poder Legislativo, numa guerra institucional que só vai terminar quando o Presidente estiver preso. Nessas circunstâncias, a medida considerada adequada pelo Presidente da República poderá ser a remoção de um ou mais ministros do STF, desde que o órgão continue funcionando.

Tomando esse livro como referência a partir de sua contextualização em meio a este *diagrama do conservadorismo tecnopolítico à brasileira* (ROSA, 2022), é

possível localizar através de seu lastro algumas das formas pelas quais este tipo de produto como o livro de Saad (2021) pôde ser publicado e passado a circular por diversos perfis criados em distintas plataformas digitais, apelando para certa dimensão emotiva da política.

Em síntese, para compreender o funcionamento dessa rede é necessário seguir as pistas deixadas através das relações que compõem os seus agentes. Nesse caso, é importante considerar o autor, a editora, os sujeitos, grupos e empresas que passaram a difundi-lo, os veículos informacionais, comunicadores e influenciadores digitais que o utilizam como referência bibliográfica, dentre outros demais aspectos que permitem compreender as nuances e complexidades que abarcam a produção e difusão de conteúdo.

#### **Imagem 5 – Divulgação do livro intitulado Art. 142**

Ao procurar compreender a relação entre Amauri Saad (2021), o livro *O Art. 142 da Constituição de 1988 – Ensaio sobre a sua interpretação e aplicação*, a editora E.D.A., grupo CEDET, juristas conservadores, influenciadores digitais, imprensa alternativa e plataformas digitais, é bastante provável que se chegue a esse *diagrama do conservadorismo tecnopolítico à brasileira* (ROSA, 2022).

Isso porque a pesquisa por nós realizada constatou que um mês após o então presidente Jair Bolsonaro proferir uma fala atacando veementemente o Ministro Alexandre de Moraes no dia 07 de setembro de 2021<sup>12</sup>, a editora E.D.A., publicou o livro de Saad (2021), permitindo certo questionamento acerca da intencionalidade desta produção bibliográfica. Ou seja, fica a dúvida se o propósito disso tudo teria sido inflamar as paixões dos conservadores em defesa da instauração de um golpe de Estado por vias plataformizadas, porém com uma suposta legitimação de juristas como Yves Gandra Martins, mas também amparado em referência bibliográfica, como o livro de Saad (2021), que foi compartilhado no perfil de outros demais juristas brasileiros, conforme encontramos compartilhado no perfil do Instagram da promotora de justiça do Paraná, Claudia Piovesan (Anexo 9).

---

<sup>12</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=HdJp-sgzVTE> Acesso em 08/07/2023.

Os livros publicados pela editora E.D.A. são uma espécie de desdobramento do conservadorismo capitaneado por Olavo de Carvalho no campo do direito e, em especial, do direito penal e de uma pretensa criminologia que compartilha um mesmo referencial teórico que mescla anticomunismo hayekiano e misesiano, racismo encontrado no filósofo Mario Ferreira dos Santos e no neolombrosianismo de Stanton Samenow, teoria da escolha racional em Gary Becker e, principalmente, autores conservadores como Russel Kirk e Roger Scruton, além de textos de seus alunos, a exemplo do antifeminismo fabricado pela deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (PL/SC).

#### **Imagem 6 – Livros jurídicos influenciados por Olavo de Carvalho na internet**

Além disso, a partir da editora E.D.A. é possível compreender o alcance do conservadorismo tecnopolítico à brasileira produzido por Olavo de Carvalho no campo jurídico tendo em vista que ela articula uma pluralidade de operadores do direito que atuam como promotores de justiça, juízes de direito, delegados de polícia, dentre outros demais operadores do sistema de justiça que comungam dos preceitos conduzidos por este escritor brasileiro. Isso fica evidente não apenas nos livros escritos por estes profissionais e publicados por essas editoras, como também é possível de constatar nos eventos organizados por essa empresa, como o Fórum E.D.A. realizado em Londrina/PR em 2018<sup>13</sup>, que contou com a presença de diversos profissionais dessa área, além do próprio Olavo de Carvalho que participou por meio de videoconferência.

#### **Imagem 7 – Divulgação do Fórum Educação, Direito e Alta Cultura**

Embora a pesquisa apresentada não enfatize o mercado editorial mobilizado pela extrema direita brasileira, achamos pertinente destacar a atuação da editora E.D.A. porque além dela ser uma das principais empresas que opera neste ramo do direito a partir de uma perspectiva conservadora, ela foi responsável pela publicação

---

<sup>13</sup> <https://www.apmppr.org.br/noticias/frum-educao-direito-e-alta-cultura-eda-ocorre-dia-15-e-16-de-junho-em-londrina-1897> Acesso em 08/07/2023.



o livro *O Art. 142 da Constituição de 1988 – Ensaio sobre a sua interpretação e aplicação* (SAAD, 2021). Nesse sentido, a partir da investigação realizada foi possível constatar que o discurso apresentado nesse manuscrito não apenas se fazia presente nos grupos de WhatsApp bolsonaristas, como ainda era utilizado para justificar um golpe de Estado em nome do povo, que também era difundido por outras demais empresas.

### **Imagem 8 – Convocação para Paralisação Geral do Brasil no dia 08 de janeiro**

Para os novos Doutores Fantásticos da política, o jogo não consiste mais em unir as pessoas em torno de um denominador comum, mas, ao contrário, em inflamar as paixões do maior número possível de grupelhos para, em seguida, adicioná-los, mesmo à revelia. Para conquistar uma maioria, eles não vão convergir para o centro, e sim unir-se aos extremos. Cultivando a cólera de cada um sem se preocupar com a coerência do coletivo, o algoritmo dos engenheiros do caos dilui as antigas barreiras ideológicas e rearticula o conflito político tendo como base uma simples oposição entre “o povo” e “as elites”. No caso do Brexit, assim como nos casos de Trump e da Itália, o sucesso dos nacional-populistas se mede pela capacidade de fazer explodir a cisão esquerda/direita para captar os votos de todos os revoltados e furiosos, e não apenas dos fascistas. Naturalmente, como as redes sociais, a nova propaganda se alimenta sobretudo de emoções negativas, pois são essas que garantem a maior participação, daí o sucesso das *fake news* e das teorias da conspiração. Mas tal tipo de comunicação possui também um lado festivo e libertário, comumente desconhecido daqueles que enfatizam unicamente a faceta sombria do Carnaval populista. (DA EMPOLI, 2019, p. 21)

Ao considerar que por de trás das *fake news* e das teorias da conspiração promovidas pelo Carnaval populista do qual o conservadorismo brasileiro figura como protagonista a partir de Jair Bolsonaro e Olavo de Carvalho oculta-se uma lógica bastante sólida, pois Da Empoli (2019, p. 23) reconhece que “do ponto de vista dos líderes populistas, as verdades alternativas não são um simples instrumento de propaganda. Contrariamente às informações verdadeiras, elas constituem um formidável vetor de coesão”.

Nesse caso, a convocação para o golpe iminente que estaria em curso a partir de uma interpretação alternativa do artigo 142 da Constituição Federal permitindo que o presidente voltasse ao cargo pelas mãos do povo brasileiro, não apenas se fundamentava em publicações de textos, imagens e vídeos que circulavam pelos grupos de WhatsApp investigados, como eram os próprios empresários de diferentes ramos, pastores, padres, militares, policiais, influenciadores digitais ou quaisquer

pessoas associadas ao conservadorismo que produziam e/ou compartilhavam este tipo de conteúdo que convocava e, mais, justificava uma intervenção militar.

### **Imagem 9 – Justificativas para a realização de um golpe de Estado no Brasil**

Todavia, para compreender a tentativa de golpe ocorrida em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023 é necessário considerar as diversas circunstâncias em que o presidente Jair Bolsonaro atacou veementemente as instituições, fomentando que os seus eleitores/seguidores não apenas desqualificassem as eleições, como considerassem que elas seriam fraudadas. Isso, com o objetivo de fomentar abertamente uma guerra civil contra os comunistas que assumiriam o governo. Dentre esses momentos, podemos destacar ao menos dez deles<sup>14</sup>, tendo em vista que o nosso objetivo não foi investigar todo o processo que culminou com este acontecimento, mas analisar os grupos criados após o segundo turno das eleições brasileiras de 2022 com o objetivo de articular um golpe de Estado, sob a justificativa do art. 142 da Constituição Federal.

- 1) No dia 23 de agosto de 2021, o então presidente da república Jair Bolsonaro atacou mais uma vez o STF, chamando os ministros de “surdos de capa preta”. Enquanto ele falava, seus apoiadores gritavam que “Supremo é o povo”.
- 2) No mesmo domingo do dia 23 de agosto de 2021, o presidente convocou as pessoas a irem às ruas no dia 07 de setembro, “pela última vez”, sob a justificativa de que ele representaria “a voz do povo”.
- 3) Bolsonaro disse, em discurso no dia 07 de setembro de 2021, que não mais obedeceria a decisões judiciais que fossem tomadas pelo ministro Alexandre de Moraes. Na ocasião, o STF destacou que isso teria consequências e Bolsonaro recuou, porém permaneceu fraturando a democracia brasileira.
- 4) Quando concedeu perdão ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), que sofreria sanções por desobedecer a ordens judiciais, Bolsonaro realizou um tipo de ataque semelhante, sinalizando que os seus aliados estariam sujeitos à desobedecer

---

<sup>14</sup> <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/comentario-do-dia-dez-vezes-em-que-o-presidente-jair-bolsonaro-fez-ameacas-a-democracia/> Acesso em 08/07/2023.

obedecer à Justiça. Tipo de situação que faz engrossar o coro de que “Supremo é o povo”.

- 5) Bolsonaro convocou uma reunião com embaixadores de diversos países visando proferir mentiras sobre o sistema eleitoral brasileiro, repetindo argumentos falaciosos que não têm a menor comprovação. Valeu-se, assim, da estrutura de governo para lançar dúvidas sobre o sufrágio brasileiro do qual participou diretamente. Nesse caso, violou o princípio da impessoalidade, na medida em que lançou dúvidas ao sistema democrático do país
- 6) Ao longo de sua vida política, Bolsonaro enalteceu a ditadura civil-empresarial-militar brasileira iniciada com o golpe de 1964, que promoveu a censura, perseguição, tortura e morte de milhares de brasileiros, que levou a morte mais de 8 mil indígenas e mais de 400 civis que atuavam como dissidentes políticos, conforme destacou a Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>15</sup>.
- 7) Ao votar a favor do impeachment de Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro fez uma homenagem ao general Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro e único militar brasileiro condenado por tortura.
- 8) Quando deputado, em certa ocasião, Bolsonaro defendeu que o então presidente Fernando Henrique Cardoso fosse fuzilado.
- 9) Somente pela Covid-19, oficialmente morreram mais 700 mil pessoas no Brasil<sup>16</sup> em decorrência de diversos fatores, dentre eles a incompetência e ingerência do governo Bolsonaro.
- 10) Em uma entrevista concedida em 1999, Jair Bolsonaro defendeu que os problemas brasileiros só seriam revividos com uma guerra civil em que deveriam morrer ao menos 30 mil pessoas, argumentando que morreriam inocentes, mas estaria tudo bem<sup>17</sup>.

Nesse sentido, é importante mencionar que a perspectiva promovida por Olavo de Carvalho que passou a figurar como “guru” de Jair Bolsonaro, assim como suas indicações bibliográficas que coadunam autores neoliberais com representantes do *Moderno movimento conservador dos Estados Unidos* etc., quando reconhece que a

---

<sup>15</sup> [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=571](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571) Acesso em 08/07/2023.

ordem capitalista e colonial sustentada pelo Ocidente se encontra em crise, não titubeia para demandar pelo uso da estratégia da guerra civil (FOUCAULT, 2016; LAVAL; DARDOT; GUEGUÉN; SAUVÊTRE, 2021) através da mobilização de uma teoria da contrainsurgência (HARCOUT, 2021) que visa legitimar ações violentas contra movimentos sociais que reivindicam por direitos.

Os neoliberais se distinguem dos economistas neoclássicos mais tradicionais quando buscam salvar a civilização ocidental de uma ameaça que pesa sobre ela. Em seus escritos, a ciência se torna um modo de legitimação de posições políticas a favor do livre-mercado e, por esse caminho, uma arma no combate ideológico. Essa ciência é, primeiramente, a que permite apresentar um diagnóstico sobre a crise e suas causas. Certamente o que mobiliza não é o colapso do capitalismo, quer seja anunciado pelos marxistas, quer seja antecipado por Schumpeter, e sim a erosão da economia livre sob os efeitos do domínio socialista sobre as mentes, do monopólio sindical e do reformismo social. Desse ponto de vista, o enunciado de objetivos emitidos pela Sociedade Mont-Pèlerin, em 8 de abril de 1947, é particularmente eloquente: os intelectuais que formam a nova sociedade querem defender os ideais que são “a posse mais preciosa do homem ocidental”: a liberdade intelectual, em primeiro lugar, mas também a propriedade privada, o mercado concorrencial e a “primazia do direito”, conjunto que define a “sociedade livre”. Não é demais enfatizar a continuidade entre esse programa e a denúncia do socialismo feita por Hayek em O caminho da servidão (1944), panfleto que não hesitava em fazer do nazismo e do fascismo uma consequência direta da mentalidade socialista. (LAVAL; DARDOT; GUEGUÉN; SAUVÊTRE, 2021, p. 104-105)

Não obstante, a ideia apresentada por Laval, Dardot, Gueguén e Sauvêtre (2021, p. 104) parte da premissa de que o neoliberalismo seria uma estratégia que visaria inimigos perfeitamente identificáveis, encontrados no socialismo, no sindicalismo, no Estado-providência, ou seja, amparado em tudo aquilo que se assemelhe, de perto ou de longe, do dirigismo e do coletivismo. Nesta perspectiva, para além de uma racionalidade que escapa tanto à condição de ideologia política quanto teoria econômica, conforme encontramos na analítica foucaultiana; Laval, Dardot, Gueguén e Sauvêtre (2021, p. 74) compreendem que “o neoliberalismo se apresenta como uma ideologia de guerra contra a democracia efetiva, quando os resultados eleitorais ou as mobilizações populares colocam as regras do mercado em risco”. Daí a importância da articulação entre uma “ordem espontânea”, que em termos hayekianos é tratada como uma ordem econômica neoliberal baseada na defesa do livre mercado e da concorrência, com as ordens jurídicas e morais que garantam a sua perpetuação em nome da civilização Ocidental.

Nesse caso, Laval, Dardot, Gueguén e Sauvêtre (2021) sugerem que a *guerra civil* pode muito bem ser mobilizada como *estratégia* pelos neoliberais quando as

demandas democráticas por direitos defendidos por movimentos sociais se colidem com as políticas de austeridade e competição, promovidas pelos tributários do ordoliberalismo alemão, da escola austríaca de economia e dos *Chicago boys*. Isso fica evidente na entrevista concedida por Friedrich von Hayek ao jornal chileno El Mercurio em 1981, em que, quando questionado sobre o que achava das ditaduras, afirmou: “Pessoalmente, eu prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo” (CHAMAYOU, 2020, p. 327).

Contudo, ainda é possível encontrar uma análise semelhante àquela proferida por Laval, Dardot, Gueguén e Sauvêtre (2021) sobre a relação entre o neoliberalismo e sua estratégia amparada na guerra civil, a partir da perspectiva apresentada por Bernard Harcourt (2021) por meio daquilo que foi tratado pelo autor em termos de uma *teoria da contrainsurgência* que coloca os governos populistas contra os seus próprios cidadãos, ponderando sobre as forças conservadoras e reacionárias que emergiram nos Estados Unidos, principalmente associadas ao Partido Republicano, trumpismo, *Tea Party*, mas também para muito além destes grupos.

O preceito central da teoria da contrainsurgência é o de que as populações – originalmente populações coloniais, mas agora *todas* as populações, inclusive as nossas [norte-americanas] – são compostas por uma pequena minoria ativa de insurgentes, por um pequeno grupo daqueles que se opõem à insurgência e uma grande maioria passiva que pode ser influenciada por um lado ou por outro. O principal objetivo da contrainsurgência é obter a lealdade dessa maioria passiva. E a característica que define a contrainsurgência é que ela não é apenas uma estratégia militar, mas, mais importante, uma técnica política. A guerra, na verdade, é política. (HARCOURT, 2021, p. 20)

Ao reconhecer que a *teoria da contrainsurgência* nasce, em certa medida, tendo como alvo aquelas populações que resistiram às violências coloniais, a exemplo dos povos originários e da população negra, que por quase quatro séculos foi escravizada na África e comercializada em todo o território americano sob fomento do liberalismo e de seus tributários, Harcourt (2021) destacou que agora ela atinge todas as populações porque tem se fundamentado na convicção sobre a existência de um único processo evolutivo exequível para a humanidade que tem sido capitaneado pelo Ocidente europeu através do mercado concorrencial e da preservação das tradições judaico-cristãs como preceitos e valores utilizados no desenvolvimento civilizacional.

Dentre elas, destaca-se a crença na existência de um único modelo de família amparada em uma perspectiva patriarcal e heterocentrada, de religião com o

cristianismo, de economia com o neoliberalismo e seu capitalismo concorrencial, propondo, enfim, a universalização de modos de ser e formas de existir e atribuindo à condição de inimigo aqueles que compartilham de outras perspectivas políticas. Todavia, além dos movimentos negros e indígenas, o alvo passou a ser também as feministas, gays, usuários de drogas, ambientalistas, professores universitários, intelectuais, jornalistas e todos aqueles que em alguma medida estariam supostamente associados ao comunismo e ao socialismo (ROSA; ROSA, 2024).

### **Imagem 10 – Tecropolíticas do ódio**

#### **4. Considerações finais**

O texto apresentado buscou analisar os dados extraídos de grupos de WhatsApp bolsonaristas, relacionando-os com o diagrama do conservadorismo tecnopolítico à brasileira a partir da produção de um mercado editorial emergente mobilizado pela extrema direita nacional e internacional, evidenciando a rede construída por Olavo de Carvalho que permitiu certa ressonância de sua agenda por meio das plataformas digitais em busca da constituição de um novo regime de verdade. A produção e difusão dos discursos proferidos por meio daqueles sujeitos grupos e empresas que compõem esse diagrama fez com que informações alternativas pudessem circular como verdades inquestionáveis por entre diferentes perfis de brasileiros e brasileiras que se associam a esse espectro político.

Ao apelar para a mobilização das emoções expressas por uma parcela de brasileiros e brasileiras que passaram a se identificar com o anticomunismo e seus supostos desdobramentos que envolvem pautas como classe, raça, sexo, gênero, meio ambiente, drogas, aborto, dentre outras questões; aqueles sujeitos grupos e empresas que compõem esse diagrama tecnopolítico passaram a produzir verdades legitimadas por livros difundidos por esse mercado editorial que passou ser utilizado como referência para a constituição de um novo regime de verdade pretensamente conservador idealizado por Olavo de Carvalho.

Ademais, também foi constatada certa afinidade eletiva decorrente do encontro entre o modelo de negócios das plataformas digitais, em especial das plataformas

publicitárias - que operam por meio de uma economia da atenção que extrai o superávit comportamental de seus usuários com o objetivo de comercializá-los para fins preditivos comerciais, culturais e políticos -, e a violência política perpetrada pela extrema direita nacional e internacional, que opera por meio de uma tendência centrífuga, no lugar da precedente tendência centrípeta, encontrada notadamente nos meios de comunicação corporativos que antecedem a internet, tais como a televisão, o rádio e o jornal. Tudo isso acompanhado de imagens que evidenciam algumas das engrenagens, assim como o funcionamento dessa máquina de ódio.

Embora o estudo relatado possua suas limitações, acreditamos que ele possa contribuir com o debate público e acadêmico tanto no que se refere aos movimentos contrainsurgentes, contrarrevolucionários ou contramovimentos sociais quanto com a sociologia digital e demais áreas que envolvam debates sobre tecnopolíticas.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Olavo de. (2014). A nova era e a revolução cultural. Campinas: Vide Editorial.
- CHAMAYOU, Grégoire. (2020). A sociedade ingovernável. São Paulo: Ed. Ubu.
- DA EMPOLI, Giuliano. (2019). Os Engenheiros do Caos. São Paulo: Vestígio.
- DELEUZE, Gilles. (2019). Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2019.
- DUGIN, Alexander. (2012). The Fourth Political Theory. London: Arktos.
- ESPOSITO, Roberto. (2017). Termos da política. Curitiba: UFPR.
- FOUCAULT, Michel. (2008). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal.
- HAN, Byung-Chul. (2022). Infocracia. Petrópolis: Vozes.
- HARCOURT, Bernard. (2021). A contrarrevolução. São Paulo: Glac Edições.
- KAKUTANI, Michiko. (2018). A morte da verdade. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- LAMA, José Pérez; SÁNCHEZ-LAULHÉ, José. (2020). Consideraciones a favor de un uso más amplio del término tecnopolíticas. In SABARIEGO, Jesús, AMARAL, Augusto Jobim; SALLES, Eduardo B. C. (Orgs.). Algoritarismos. Valencia, ES: Tirant lo Blanch.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre; GUÉGUEN, Haud; SAUVÉTRE, Pierre. (2021). A escolha da Guerra civil. São Paulo: Elefante.

POLIVANOV, Beatriz. (2013). Etnografia virtual, Netnografia ou apenas Etnografia? Implicações dos conceitos. Revista Esferas, Ano 2, N. 3, jun-dez. Disponível em: <file:///Users/pabloornelas/Downloads/4621-Texto%20do%20artigo-20278-1-10-20140716.pdf> Acesso em: 05 jun. 2024.

ROSA, P. O.; AMARAL, A. J.; NEMER, D. (2023). Datapolítica, governamentalidade algorítmica e a virada digital: Uma genealogia da modulação comportamental através das plataformas digitais. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM. v. 18 n. 3. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/85510> Acesso em: 05 jun. 2024.

ROCHA, João C. C. (2021). Guerra cultural e retórica do ódio. Goiânia: Caminhos.

ROSA, Pablo O. (2022). Etnografia nas plataformas digitais: Um diagrama do conservadorismo tecnopolítico à brasileira e sua articulação com o sistema de justiça criminal. In BORDIN, Marcelo. Metodologia de pesquisa qualitativa no sistema de justiça criminal. Pelotas/RS: Adentro e Através. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/368480906\\_Colecao\\_Estudos\\_Sinclave\\_Organizador](https://www.researchgate.net/publication/368480906_Colecao_Estudos_Sinclave_Organizador) Acesso em: 05 jun. 2024.

ROSA, Pablo O.; ROSA, Ramiro O. de. (2024). Tecnopolíticas do ódio: Estratégias utilizadas por grupos de WhatsApp conservadores e bolsonaristas nas eleições brasileiras de 2018 e 2022. Revista Simbiótica. V. 11 n.1. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/44757/30149> Acesso em: 05 jun. 2024.

SAAD, Amauri. (2021). O Art. 142 da Constituição de 1988: Ensaio sobre a sua interpretação e aplicação. Londrina: E.D.A.

SOUZA, Rodrigo F. (2021). *National Review*, o moderno conservadorismo americano e a luta para “salvar” os EUA do comunismo, do liberalismo e da integração racial (1955-1959). In Revista de História da Universidade de São Paulo – USP, N. 138. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/167096/170150> Acesso em: 09/03/2024.

SOUZA, Aknaton T.; ROSA, Pablo O.; FRAGA, Paulo C. P.; GAMA, Carlos E. (2023). Criminologia conservadora nas plataformas digitais: Governamentalidade, crime e drogas nas práticas discursivas da extrema direita brasileira. Revista Brasileira de Ciências Criminais. Vol. 196. Ano 31, p. 271-295. São Paulo: Ed. RT, mai-jun. Disponível em: <https://doi.org/10.5445/rbccrim.vol196i196.151> Acesso em: 09 mar. 2024.

SRNICEK, Nick. (2018). Capitalismo de plataforma. Buenos Aires: Caja Negra.

ZUBOFF, Shoshana. (2020). A era do capitalismo de vigilância: Luta por futuro humano na nova fronteira de poder. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca.

Código de campo alterado



Imagem 1 - A frase de Olavo de Carvalho utilizada na preparação do golpe



Imagem 2 – Rede de editoras vinculadas ao Olavo de Carvalho

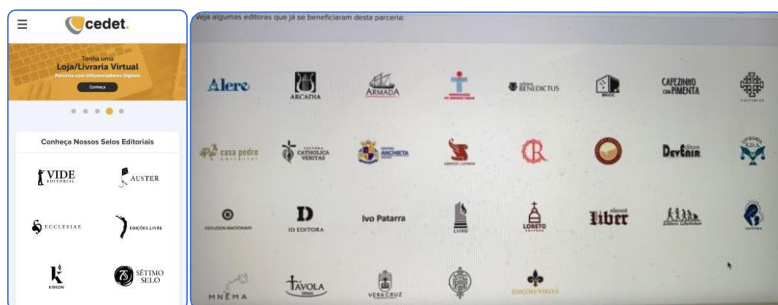


Imagem 3 – Livrarias de influenciadores vinculados ao Olavo de Carvalho

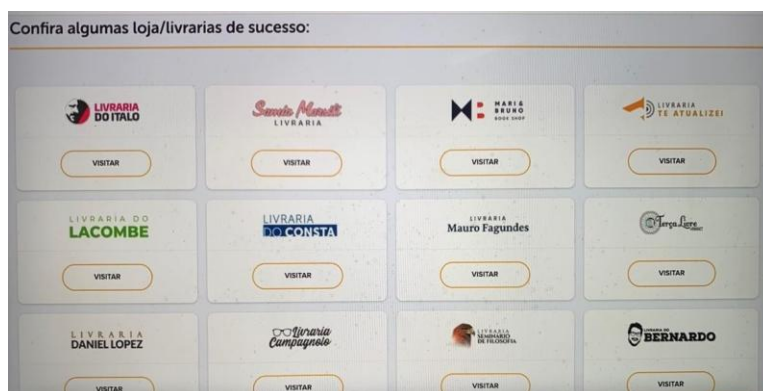


Imagem 4 – Convocações para a Intervenção Militar através do art. 142

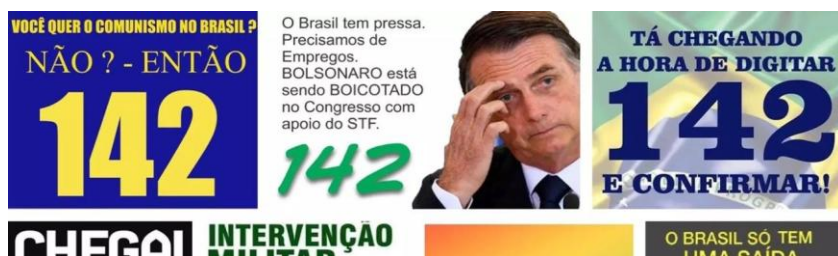


Imagem 5 – Divulgação do livro intitulado Art. 142



Imagem 6 – Livros jurídicos influenciados por Olavo de Carvalho na internet



Imagem 7 – Divulgação do Fórum Educação, Direito e Alta Cultura



Imagem 8 – Convocação para Paralisação Geral do Brasil no dia 08 de janeiro

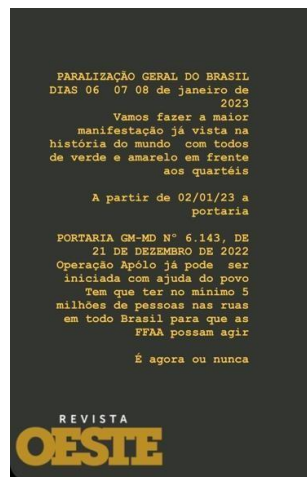


Imagem 9 – Justificativas para a realização de um golpe de Estado no Brasil



Imagem 10 – Tecnopolíticas do ódio

